

# A INCLUSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO CONTEXTO ESCOLAR, NA PERSPECTIVA DE EDUCADORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.\*

Rúbia de Espíndola \*\*

**Resumo:** A inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar tem representado um desafio constante na prática profissional dos educadores. Sabemos que a inclusão não se restringe unicamente a prática pedagógica, ela é um esforço coletivo envolvendo a família, a escola e a sociedade como um todo. As políticas públicas têm buscado consolidar esta prática, fundamentada em legislações, que norteiam o direito a inclusão escolar, num processo de luta pela igualdade, dignidade e fundamentalmente a educação para todos. Temos na LDB os princípios legais para garantir esta inclusão, legitimado na necessidade de adequação do currículo, métodos, técnicas e os recursos que devem estar disponibilizados a escola, para edificar a referida inclusão. Este estudo constitui-se uma reflexão quanto ao processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar, tendo como norte, a pesquisa realizada em escolas estaduais do município de Imbituba/S.C, que vivenciam o processo de inclusão no cotidiano escolar, focando especificamente na deficiência auditiva.

**Palavra chaves:** Educação inclusiva. Deficiência auditiva. Prática pedagógica.

**Abstract:** The inclusion of disabled people in the school context has represented a constant challenge in the professional practices of educators. We know that the inclusion not only restricts the pedagogical practice, it is a collective effort involving the family, school and society as a whole. Public policy has sought to consolidate this practice, based on laws that guide the right school inclusion, in the struggle for equality, dignity and fundamental education for all. we have in LDB legal principles to ensure their inclusion, legitimized in need to adapt the curriculum, methods, techniques and resources should be made available to school, to build the said inclusion..Este study is a reflection on the process of inclusion of people with disabilities in the school context, with the north, research held in state schools of the city of Imbituba / SC, who experience the process of inclusion in school life, specifically focusing on hearing impairment.

**Key word:** Inclusive education. Hearing impairment. Pedagogical practice.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino regular, Esta pesquisa é bibliográfica, pois para a fundamentação teórica foram utilizados como base materiais publicados em livros, revistas e endereços eletrônicos.

---

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar as dificuldades enfrentadas por parte dos profissionais da educação, família, comunidade e da sociedade em geral, comprometida com a garantia dos direitos sociais e da cidadania destes alunos.

O problema de pesquisa está pautado em refletir sobre a importância da inclusão de alunos com necessidades especiais em classe comum. Os estudos teóricos, evidenciaram que a temática da inclusão, ainda esta atrelada a concepção de integração escolar, focado apenas na perspectiva da escola, frente os desafios vivenciados pelos educadores neste processo de inclusão, levanta-se a questão da inclusão e o acesso à escola regular de ensino. Qual é o papel da escola e do professor diante da inclusão destes alunos no ensino regular?

Para tanto justifica-se esta pesquisa, mostrando que as deficiências de modo geral, impõem diversos limites a participação dos sujeitos no contexto social, no qual estão inseridos, restringindo o exercício da cidadania e o pleno desenvolvimento de seus alunos.

A deficiência auditiva, objeto deste estudo, tem representado a necessidade de desvendar caminhos que articulados com a família, a escola, e a sociedade possam desenhar novas possibilidades de vivenciarmos a inclusão como uma realidade e não enquanto utopia.

Essa nova visão nos permite compreender a forma como ela constrói seu conhecimento, entendendo-a como sujeito que, desde o nascimento, está inserida num contexto social e dele participa ativamente

A amplitude deste assunto, reportou a necessidade de delimitar o tema, focando então no processo de inclusão da criança e do adolescente com deficiência auditiva no contexto escolar, na perspectiva de educadores.

Assim este trabalho, descreve num primeiro momento uma síntese teórica quanto a historia da inclusão de pessoas com deficiência na educação, as leis que regulamentam este processo nas escolas regulares.

O texto está estruturado em 3 capítulos, o primeiro capítulo fala sobre o contexto histórico da educação inclusiva no brasil, que se divide em duas seções. Nos capítulos seguintes descrevemos uma revisão teórica quanto a deficiência auditiva e a educação de surdos, bem como o papel da escola e dos educadores neste cenário.

Por fim, o trabalho identifica a pesquisa realizada junto a educadores de Escolas Estaduais do Município de Imbituba, sendo que para a elaboração do mesmo, realizamos a revisão bibliográfica de autores que trabalham o tema em foco.

O instrumento metodológico foi a pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, visto que realizamos a referida pesquisa junto aos educadores de escolas estaduais do

município de Imbituba ,que possuem alunos com deficiência auditiva.no contexto do ensino regular.

O conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor. Além disso, a autora explica que o estudo de caso qualitativo atende a quatro características essenciais: particularidade, descrição, heurística e indução (LUDCK,1988 p.).

A questão central de investigação e estudo da pesquisa buscou identificar e compreender a inclusão das crianças e adolescentes no ensino regular, na perspectiva dos educadores da rede estadual de ensino.

Neste sentido o objetivo geral da pesquisa, constitui em refletir sobre a forma a escola tem promovido a inclusão da criança e do adolescente com a deficiência auditiva de modo a garantir a efetivação a de seus direitos no âmbito da educação.

Como objetivos específicos, estabelecemos, contextualizar a caracterização da deficiência auditiva refletir sobre os direitos relativos a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no âmbito da educação, considerando as prerrogativas estabelecidas pela LDB, pela política nacional de direitos da pessoa com deficiência e do ECA para identificar como a escola do município de Imbituba tem promovido a inclusão da pessoa com deficiência auditiva para evidenciar as dificuldades pedagógicas na garantia da legislação a inclusão de portadores de deficiência, identificar os desafios e perspectivas vivenciados no cotidiano escolar em relação à inclusão de portadores de deficiência auditiva.

O instrumento utilizado, foi o questionário ,aplicado com cinco professores do ensino regular, de escolas estaduais que vivenciam a inclusão com alunos com deficiência auditiva .

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo "um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador".

Pretendemos então neste estudo, descrever o contexto de inclusão de alunos com deficiência auditiva, e a luz dos referencias teóricos e na perspectiva dos profissionais, ampliando a reflexão e consolidando a necessidade de constante discussões que promovam a garantia da cidadania e dos direitos aos alunos portadores de deficiência auditiva.

Pode-se afirmar que, em razão da exclusão que as pessoas com deficiência passaram durante muito tempo, é que se discute a importância da inclusão escolar, que vem para negar toda prática de discriminação e segregação em torno da entrada destes alunos na escola.

Este processo foi um movimento decisivo nas novas conquistas da educação inclusiva, todavia, ele não transformava a realidade das pessoas com deficiência, já que nada era modificado nas escolas, na sua estrutura nos seus métodos e, principalmente, em seu preconceito por parte da comunidade escolar.

Assim, a inclusão surgiu na necessidade de inserir o indivíduo com deficiência, nas classes comuns de ensino, sem que este seja prejudicado, mas sim reconhecido como cidadão de direitos e aceito na escola regular.

## **2 REVISITANDO O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, mesmo na atualidade, ainda tem prevalecido como pauta de calorosas discussões no cenário acadêmico, em diversas áreas profissionais, destacando a educação.

Presenciamos diferentes posturas pessoais e profissionais que acenam desde a impossibilidade desta a inclusão, seja por falta de acessibilidade, capacitação profissional entre outras até a mera explicação fundamentada em estereótipos e preconceitos.

Conforme Salamanca (1994, p.3). “O direito de cada criança ou adolescente a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para todos.”

Sabemos que a inserção dos alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino, possibilita a vivência com as diferenças.

O deficiente é uma pessoa dotada de direitos. Pensa, existe, sente e cria dentro dos padrões de suas limitações. O aluno deficiente possui um ritmo dependente de suas condições, mas nada impede que o mesmo frequente as salas de aula de ensino regular. A deficiência não deve ser vista como obstáculo ou impedimento que impossibilita o pleno desenvolvimento das potencialidades de uma pessoa. Cada deficiência requer estratégias e materiais específicos. É necessário reconhecer que cada um possui seu ritmo e forma de aprendizagem, oportunizando a todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo adaptações quando necessário. (DUARTE, 2010, p. 15).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)” descreve que a educação especial é a "modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais".

Neste sentido a educação especial, é responsável pelo atendimento especializado a educandos que apresentam necessidades educacionais, preferencialmente no ensino regular.

Por muito tempo compreendeu-se que a educação especial, organizada de forma paralela ao ensino comum, seria a forma adequada de atender os alunos portadores de necessidades especiais, ou que não conseguissem se adequar ao modo dos sistemas de ensino. Essa concepção perdurou durante muito tempo no contexto histórico da educação especial, enfatizando a deficiência do aluno. O atendimento educacional a esses alunos foi modificando-se e aperfeiçoando-se no decorrer dos anos. A educação de alunos com necessidades específicas nem sempre possuiu estruturação atual. Para se chegar ao conceito conhecido atualmente, muitos foram os caminhos percorridos e preconceitos superados. Atualmente, ainda existem muitos desafios a serem ultrapassados em relação à educação de alunos com necessidades educacionais específicas. (DUARTE, 2010, p.17).

Segundo Gonzáles (2007, p.17), "o foco da atenção está nas dificuldades de aprendizagem da criança e em suas necessidades educacionais específicas". Assim, ao nos referirmos a necessidades especiais, estamos apontando a preposição de um método diferenciado no processo de ensino e aprendizagem.

González, (2007. p.18) "define que ao fazer referência a um aluno portador de necessidades especiais é destacar que ele apresenta dificuldades na aprendizagem e que se faz necessário um atendimento específico e recursos educacionais diferenciados dos demais colegas."

É preciso então, compreendermos que ao discutirmos a educação especial, não estamos falando apenas de portadores de deficiência, mas as crianças e adolescentes que apresentam dificuldades inerentes e que interferem diretamente no processo social, cognitivo e afetivo.

A história nos descreve, que o atendimento a alunos com necessidades especiais, no Brasil, data no início de 1854, no Imperial Instituto de Meninos Cegos e do Instituto dos surdos e Mudos no Rio de Janeiro.

Instituto dos meninos cegos, posteriormente chamado Benjamin Constant teve sua origem ligada a um portador de deficiência visual brasileiro que estudara em um instituto parisiense. Embora a criação desses institutos no Rio de Janeiro ter como modelo os institutos parisienses, ambos diferenciavam-se pelo seu caráter assistencialista. Ou seja, enquanto os institutos brasileiros de educação especial cumpriam sua função de auxiliar os deficientes, os parisienses mantinham como oficinas de trabalho. (JANARUZZI 2004, p. 36).

É importante então, percebermos a história da educação especial no Brasil vai sendo construída, desde o século XVI passando por diferentes conceitos e modelos, desde a concepção médica, assistencialista, higienista e muito lentamente a percepção como sujeito de direitos e passíveis de aprendizagem.

Durante séculos, o mundo tratou as crianças portadoras de necessidades especiais como doentes que precisavam de atendimento médico, e não de atendimento educacional. Os institutos criados na época do império tiravam e isolavam portadores de deficiência auditiva e visual ao convívio social, sendo que estes não necessitavam de tal isolamento. As pessoas que fugiam do padrão de comportamento ou de desenvolvimento eram excluídas do meio e da convivência

social, eram internados em orfanatos, hospícios e outros tipos de instituições estatais, (Duarte 2010 p. 20).

Somente, no ano de 1950, percebemos um aumento significativo de escolas públicas regulares, que iniciaram paulatinamente o atendimento escolar especial a alunos com necessidades educativas especiais,

No período de 1950 a 1959, houve um grande desenvolvimento no número de estabelecimentos de ensino especial para portadores de deficiência. A educação especial iniciou-se como o atendimento educacional especializado que substituiu o ensino comum, evidenciando diferentes compreensões e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas e classes especiais. O Instituto Benjamim Constant foi a primeira instituição a prestar atendimento escolar a alunos portadores de deficiência visual. Foi criada em 1854 e primeiramente foi chamado de Imperial Instituto dos meninos cegos e somente mais tarde, por volta de 1891 passou a denominar-se Instituto Benjamim Constant, (Mendes 2006, P.).

Diversos movimentos, foram sendo construídos e organizados no decorrer da história da educação especial, fortalecendo a presença de alunos com necessidades especiais no ensino regular, promovendo políticas a nível nacional favorecendo a inclusiva, envolvendo numa parceria importante, sociedade, escola e família e impulsionando a elaboração de legislações que garantissem este processo de inclusão.

## 2.1 UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Sabe-se que a deficiência auditiva é uma perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis, sendo assim ela é classificada e organizada da seguinte maneira:

- Normal – 0 a 25 dB – Audição normal.
- Surdez leve – 26 a 40 dB – Existe uma dificuldade para ouvir e entender a conversação, a criança adquire e desenvolve a linguagem espontaneamente.
- Surdez moderada – 41 a 70 dB- Dificuldade em entender uma conversação normal, particularmente na presença de ruídos de fundo. A fala e o desenvolvimento da linguagem são geralmente afetados. Aparelhos auditivos podem ajudar quase a totalidade das dificuldades.
- Surdez severa – 71 a 90 dB – A criança terá muitas dificuldades no desenvolvimento espontâneo da fala, normalmente adquirem vocabulário do contexto familiar. Aparelhos auditivos são essenciais.

- Surdez profunda - + 90dB- Pode ouvir alguns sons em alto volume, porém percebe mais vibrações do que padrões tonais. Aparelhos auditivos ajudam de maneira limitada. A criança não consegue desenvolver a linguagem oral espontaneamente. Pode utilizar a leitura orofacial.

Existem alguns tipos de deficiência auditiva, entre elas estão:

- Condutiva: É causada por um problema localizado na orelha externa e/ou média, que tem por função conduzir o som até a orelha interna.
- Neuro sensorial: Ocorre na orelha interna. Consiste numa diminuição na capacidade de receber os sons que passam pela orelha externa e média.
- Mista: Ocorre quando a alteração auditiva está localizada na orelha externa e/ou media e orelha interna. Geralmente acontece devido a fatores genéticos, determinantes de má formação.
- Central: Este tipo de deficiência não é, necessariamente, acompanhado de diminuição da sensibilidade auditiva, mas manifesta-se por diferentes graus de dificuldade na compreensão das informações.

É importante para o professor conhecer o grau de deficiência deste aluno, pois só assim ele terá como avaliar seu trabalho pedagógico, no que auxiliará na abordagem de ensino aprendizagem, levando este aluno ao desenvolvimento pleno. Pois neste processo o professor tem um papel de mediador, e é responsável pelo seu percurso formativo, sendo o cotidiano escolar, um espaço privilegiado para a investigação e reflexão acerca da criança, suas particularidades e possibilidades de aprendizagens.

Dentre os inúmeros motivos que levaram a inclusão destas crianças no ensino regular, um deles foi um marco histórico que iniciou esta longa caminhada, a Constituição Federal (1988), em seu art. 205, afirma que “A educação é direito de todos”.

Faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização do indivíduo, independentemente dos fatores físicos e psíquicos. Nessa perspectiva é que se fala em Inclusão, em que todos tenham os mesmos direitos e deveres, construindo um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de todos. Compreendendo a escola como direito de todos, é fundamental compreendermos que este espaço deve comportar todas as diferenças inerentes a condição humana .

A origem da educação tradicional fez com que alguns profissionais de educação despertassem o desejo de nivelar os conhecimentos dos alunos. A proposta da

educação inclusiva deu um novo aspecto à educação visando um olhar diferenciado as singularidades humanas. (GONZÁLES 2007, p.23).

Segundo Duarte (2010) a Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para a Educação de Necessidades Especiais, que foi referido e adotado por mais de 300 participantes representado em 92 países e 25 organizações internacionais na conferência Mundial sobre Educação de Pessoas Com Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada na cidade de Salamanca, Espanha, em junho de 1994, com o patrocínio da UNESCO e do Governo Espanhol. É o mais completo dos textos sobre inclusão na educação, onde seus parágrafos evidenciam que a educação inclusiva não se refere apenas aos deficientes, mas sim a todas as pessoas, com necessidades educacionais especiais em caráter temporário, intermitente ou permanentemente.

Segundo a Declaração de Salamanca (apud MEC, 1994) tem como princípios ,que criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta à vasta diversidade de tais características e necessidades;Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos: além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças aprimoram a eficiência e, em ultima instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Não basta garantir a inclusão apenas na sala de aula. A Carta para o Terceiro Milênio (MEC) “deixa claro que em todos os aspectos tem haver o sentido da inclusão, onde é necessário quebra as algemas da discriminação, do preconceito e da homogeneidade das pessoas, percebendo que todos os sujeitos com deficiências ou não, devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade. “

Segundo esta carta (ibidem) a escola é responsável em compreender as capacidades e limitações, respeitando-as como seres humanos. Este documento também assegura que e de responsabilidade primordial das políticas públicas assegurarem esse compromisso perante a sociedade.

A garantia desta igualdade, depende de co-responsabilidade da relação da família,do Estado,da escola e dos educadores,na luta para a construção deste direito .Parte deste percurso inicia-se pelo conhecimento das leis que asseguram este direito.

Ainda convém lembrar que este documento assegura que a escola é responsável em compreender as capacidades e limitações, respeitando-as como seres humanos. Este



documento também mostra que é de responsabilidade primordial das políticas públicas assegurarem esse compromisso perante a sociedade.

Todas estas questões nos levam a pensar sobre as dificuldades e conquistas dessas crianças, e, além disto, nos faz rever nossos conceitos sobre educação e analisar a possibilidade de concretização dos seus direitos. Garantindo assim, uma escola de qualidade onde as diferenças são respeitadas e vistas como uma oportunidade de aprendizagem. Ações como estas valorizam a diversidade e acreditam que as diferenças fortalecem a turma e oferecem a todos os envolvidos maiores oportunidades de aprendizagem.

### **3 A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Deficiência não é doença, e não impossibilita a criança de aprender, todos temos nossas habilidades em algum tipo de área do conhecimento, e a criança com necessidades especiais não é diferente, o professor precisa ter este olhar diferenciado, pois ensinar é comprometer-se com o outro, e a inclusão destes alunos nos desafia a uma mudança de atitude diante destas necessidades.

No entanto, as pesquisas têm consistentemente mostrado que a escola não poderia ficar ignorando estas evoluções e anulando as diferenças existentes dentro dela. A diversidade tem que ser valorizada, acreditando que estas diferenças fortalecem a turma e oferecem a todos os envolvidos maiores oportunidades de aprendizagem.

Existe uma crescente preocupação com a entrada destes alunos no ensino regular, já que quando eles entram no ensino regular eles tem que aprender uma língua que para eles é estranha, é como se eles fossem nativos de um outro país. E o idioma principal deles é a língua brasileira de sinais (LIBRAS), essas peculiaridades segundo os especialistas tem que ser levada em conta na hora de incluir esses alunos na rede regular de ensino.

A identificação cada vez mais precoce da perda auditiva, possibilita a busca de recursos médicos, entre os quais podemos destacar a indicação e adaptação de dispositivos eletrônicos e terapia com fonoaudióloga, que possibilita o aproveitamento máximo da audição por parte da criança e, conseqüentemente, o acesso à linguagem oral.

Na última década, temos observado uma evolução das práticas inclusivas, ainda que os princípios políticos e sociais que regem a inclusão não tenham sido incorporados completamente no cotidiano da sala de aula, causando inquietação no meio educacional e muita insegurança nos pais, talvez pela falta de reconhecimento e/ou pelo preconceito enraizado em relação às pessoas deficientes. (Mazzotta, 2005, p.38)

Segundo (MAZZOTTA, 2005; FERREIRA 2006) as práticas de inclusão só tiveram início nos anos oitenta e se estabeleceram mais fortemente na década de noventa. Diferente da integração, a inclusão pressupõe mudanças na sociedade, para que esta se torne capaz de receber e acolher adequadamente as pessoas portadoras de necessidades especiais: portanto, baseia-se no modelo social.

Neste conceito, a escola leva em consideração sendo que todas as pessoas devem ter a oportunidade de ser incluída na escola uma necessidade do aluno, ocorrendo adaptação do ambiente físico e dos procedimentos educacionais comum. A semente da inclusão é a igualdade de oportunidades (MAZZOTTA, 2005; FERREIRA 2006).

Trata-se, segundo Sasaki (2000), de um processo que exige que a sociedade inteira se torne acessível a todas as pessoas, principalmente a quem possui deficiência. Esse conceito surgiu pra mostrar que, se a sociedade não mudar, as pessoas vão continuar excluídas, exatamente por que a sociedade é cheia de empecilhos. Com a equiparação de oportunidades, há igualdade de condições, eliminam-se barreiras que bloqueiam o caminho da inclusão. Sanchez (2005) enfatizou a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas como fundamentais.

Todavia, muitos professores ainda não têm sido devidamente formados para atuar com os alunos deficientes, sendo que, no caso dos surdos, observam-se dificuldades no que diz respeito à comunicação e ao processo de ensino e aprendizagem.

O professor, ao receber um aluno com surdez, provavelmente ficará inseguro e com muitas dúvidas a respeito de como lidar com ele. Pois na formação acadêmica muitas vezes não obtemos suporte para enfrentarmos os desafios da inclusão, por isto que se torna importante a formação continuada deste docente.

A língua materna é uma língua adquirida naturalmente pelas crianças em seu contexto familiar. Inserida num ambiente linguístico, qualquer criança ouvinte chega à escola falando sua língua materna, cabendo à escola apenas a sistematização do conhecimento.

Como a maioria das crianças surdas não têm imersão linguística idêntica à dos ouvintes em suas famílias, a escola passa a assumir a função também de oferecer-lhe condições para aquisição da língua de sinais e para o aprendizado da língua portuguesa.

O grau e o tipo da perda auditiva, a época em que ocorreu a surdez e a idade em que começou a sua educação são fatores que irão determinar importantes diferenças em relação ao tipo de atendimento a ser desenvolvido com o aluno, e em relação aos resultados.

Quanto maior for a perda auditiva, maior será o tempo em que o aluno precisará receber atendimento especializado para o aprendizado da língua portuguesa oral. Tal perda,

no entanto, não traz nenhum problema linguístico para o desenvolvimento e aquisição da língua brasileira de sinais – LIBRAS

Segundo BRASIL (2005), os grandes desafios para os professores de surdos são superar as dificuldades que esses alunos apresentam no aprendizado e uso de línguas orais (no caso o português).

A escola regular também tem seu papel fundamental na aprendizagem destes alunos, sendo que a língua é atividade construtiva do sujeito, ou seja, com ela construímos nosso pensamento; criamos, organizamos e informamos as nossas experiências.

Para que este aluno seja incluído na escola comum, esta precisa dispor de recursos que tornem viável o processo deste na sala de aula, dispondo de alguns recursos indispensáveis para que este aluno obtenha a sua aprendizagem.

Sendo necessário material concreto e visual que sirva de apoio para garantir a assimilação de conceitos novos, orientação por parte de professores da educação especial, o professor precisa adotar a mesma proposta curricular do ensino regular, com adaptações que possibilitem sua integração, a utilização de técnicas, e instrumentos de avaliação compatíveis com as necessidades do aluno surdo.

A deficiência auditiva é definida como perda total ou parcial de resíduos auditivos. Isto ocorre por diversas causas entre elas a virose materna adquirida durante a gravidez, ingestão de remédios tóxicos, exposições a sons muito fortes.

A perda auditiva avaliada em decibéis e um portador de deficiência auditiva tem sua surdez classificada pelo especialista fonoaudiólogo como um grau de deficiência leve em que a perda é entre 20 a 40 dB, moderada entre 40 e 70 dB, severa entre 70 e 90 dB e profunda que é acima de 90 dB de perda. É importante lembrar que o portador de deficiência auditiva moderada pode perceber os sons da palavra falada, o que não ocorre com portador de perda severa e muito menos com portador de deficiência profunda. (MAZZOTTA, 2005; FERREIRA 2006,p.48)

A pessoa com os níveis de perda auditiva leve, moderada ou severa são mais frequentes e são chamados de deficientes auditivos, enquanto a pessoa com perda profunda é chamada de surdo, ou seja, a surdez profunda impede o indivíduo de ouvir a voz de outra pessoa, portanto perda total da audição.

Se a criança que é surda for estimulada desde o nascimento ela poderá com o tempo reunir sons das falas, já que a criança portadora de deficiência auditiva se também for estimulada, poderá reunir com mais facilidade os sons da fala.

Neste contexto a inclusão no ensino regular além de ser um direito é essencial para consolidar o pleno desenvolvimento destes sujeitos

Quando se pensa que tipo de benefícios à inclusão pode gerar, surge sempre aquele pensamento de que as pessoas com deficiência têm mais chances de se desenvolver, mas na verdade todos ganham com a inclusão, pois aprendemos todos os dias exercitar a tolerância e o respeito ao próximo seja ele quem for. O sucesso da inclusão, depende de toda a rede de garantia e atendimento a esta parcela da população .

Werneck (1993, p.56) diz que “evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes terão oportunidades diferentes, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos”.

Neste sentido a prática pedagógica é essencial no desvelamento de constantes renovações e implementações na metodologia de ensino aprendizagem aos portadores de deficiência auditiva,

As atitudes do professor, segundo Wang ( apud FERREIRA, 2004) no texto da Exclusão à Inclusão, revelam que as mesmas são fatores determinantes no tipo de relacionamento que se estabelece na sala de aula. Em outras palavras, uma atitude igualitária e positiva encorajará a aprendizagem da criança, a interação com os colegas e o apoio ao aluno. Uma atitude discriminatória e segregadora trarão discriminação, isolamento e fracasso educacional.

Para (WERNECK ,1997,p.42) a escola deve ter um compromisso social não só com base na inclusão, mas também com a educação como todo, visto que ele determina aprendizagem como eixo da escola, garantindo aos alunos o conhecimento e reprovando a repetência assegurando mais uma vez a aprendizagem como direito e dever de todos.

Considerando que toda criança tem suas competências em alguma área do conhecimento, não podemos ignorar que este aluno com deficiência tem o direito de fazer parte da turma como qualquer outra criança, e a escola precisa estar organizada de maneira que possa garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem destes aluno inseridos.

É preciso que a criança surda ainda que não saiba ler, tenha acesso a escrita, sempre que possível, e desde muito cedo. Toda atividade escrita, reforçado com um desenho, foto ou colagem representativa, realizado durante ou após situações vivenciadas pela criança, funciona como apoio visual, facilitando aprendizagem da língua portuguesa, estimulando a leitura e escrita e contribuindo para a memorização de palavras e de estruturas frasais.

Neste processo em que a criança está adquirindo a língua de sinais, o professor precisa usar muita expressão corporal, além do estímulo visual, para que a criança entenda os conceitos.

Cada criança apresenta suas particularidades e riqueza, e isso é válido para as crianças com surdez. As classificações se tornam, contudo, necessárias, pelo menos em termos didáticos, sendo assim isto não difere na aprendizagem, pois nem todos aprendemos de maneira igual, cada um tem o seu tempo e espaço.

O professor assume o papel de mediador na construção do conhecimento do aluno, tanto na educação regular como na especial. Portanto, todo professor deve apresentar uma formação teórica e prática para a compreensão dos princípios que norteiam seus trabalhos e, assim, construir sua prática pedagógica. O professor deve compreender a sua importância neste processo de aprendizagem, para atender o desenvolvimento dos seus alunos, reconhecendo o ritmo de aprendizagem de cada um e ter clareza de que o papel do docente é educar e oferecer desenvolvimento a todos, independentemente de sua condição física ou social.

Mais que a utilização de uma língua, deve haver ambientes educacionais estimuladores nas escolas, que desafiem o pensamento e explorem suas capacidades, pois a surdez não pode ser vista como uma incapacidade, mas sim como uma especificidade, não como uma deficiência, mas como uma diferença e uma oportunidade para a aprendizagem significativa de toda a classe.

Segundo Vygotsky, o professor é figura essencial do saber por representar um elo intermediário entre o aluno e o conhecimento disponível no ambiente. Sendo que não se adquire conhecimentos apenas com os educadores: na perspectiva da teoria sociocultural desenvolvida por Vygotsky, a aprendizagem é uma atividade conjunta, em que relações colaborativas entre alunos podem e devem ter espaço

Vygotsky nos mostra que a interação entre os seres humanos (face a face ou sócio culturalmente) é fundamental na construção do ser humano, pois é através dessa forma de interação que o indivíduo vai chegar a interiorizar as formas culturalmente estabelecidas, sendo que este se dá “de fora para dentro”.

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA: UM ESTUDO QUANTO A INCLUSÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO CONTEXTO ESCOLAR, NA PERSPECTIVA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA /SC

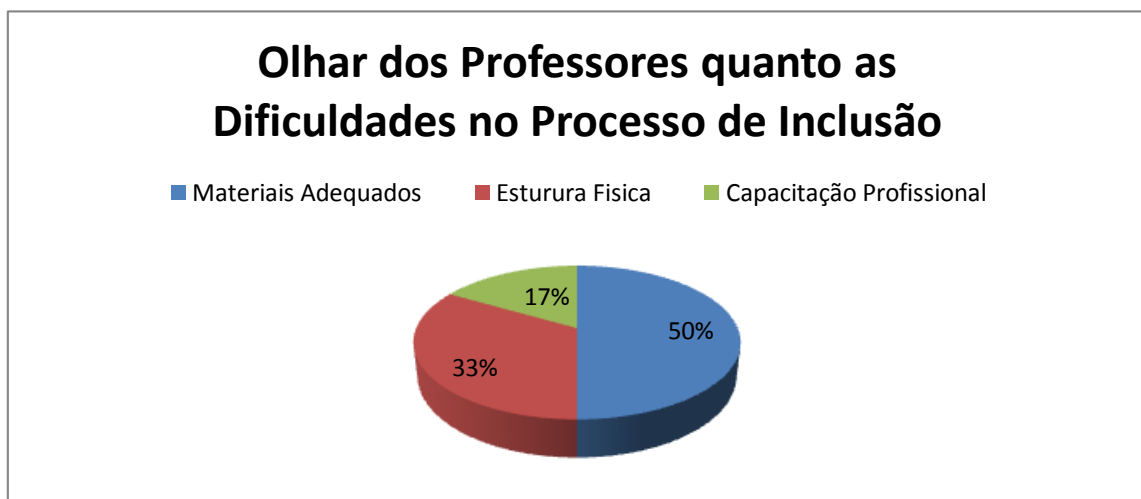
A inclusão escolar dos alunos com deficiência auditiva sob a ótica professores das Escolas da Rede Publica Estadual do Município de Imbituba, que possuem alunos incluídos com deficiência auditiva , no primeiro trimestre , foi o objeto de investigação deste estudo,conforme metodologia ,já descrita na introdução do trabalho.

Os resultados são apresentados no formato de gráficos e analisados a luz de referenciais teóricos sobre o tema em foco.

É a partir dessa busca entre a parte e o todo, tendo como premissa a singularidade, e partindo para um sistema mais amplo, o qual é formado, também, por essa singularidade, é que o enfoque deste trabalho constitui-se em um estudo qualitativo , que se desenvolve em uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. LÜDKE & ANDRÉ (1986).

A primeira questão pesquisada, concentrou-se na olhar dos professores quanto dificuldades enfrentadas pela escola no processo de inclusão dos alunos com necessidades auditivas no ensino regular.

**Gráfico I**



**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

O processo de inclusão escolar necessita primordialmente da reorganização de toda a escola, desde a necessidade de recursos materiais, estrutura física a formação profissional, conforme relato do professor A.

A escola pública não tem o direito nem autonomia para decidir sobre a inclusão ou não. Ela tem o dever (2ª a legislação), de incluir os alunos com necessidades especiais e o problema que as escolas enfrentam, é relativo às questões, de falta de estrutura e profissionais capacitados. O que está em jogo não é receber esses alunos, mas sim recebê-los sem recursos e materiais.

A integração escolar tem como objetivo inserir o aluno com deficiência na escola regular, porém, essa escola permanece organizada da mesma forma e é o aluno que foi inserido que deverá adaptar-se a ela. No entanto no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos. A maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, dentre esses, os surdos. Ainda há carência de salas apropriadas, de materiais, de recursos visuais, de metodologias e, principalmente, de professores especializados ou intérpretes, entre outros” (Silva 2003, p.32),

**Gráfico II**



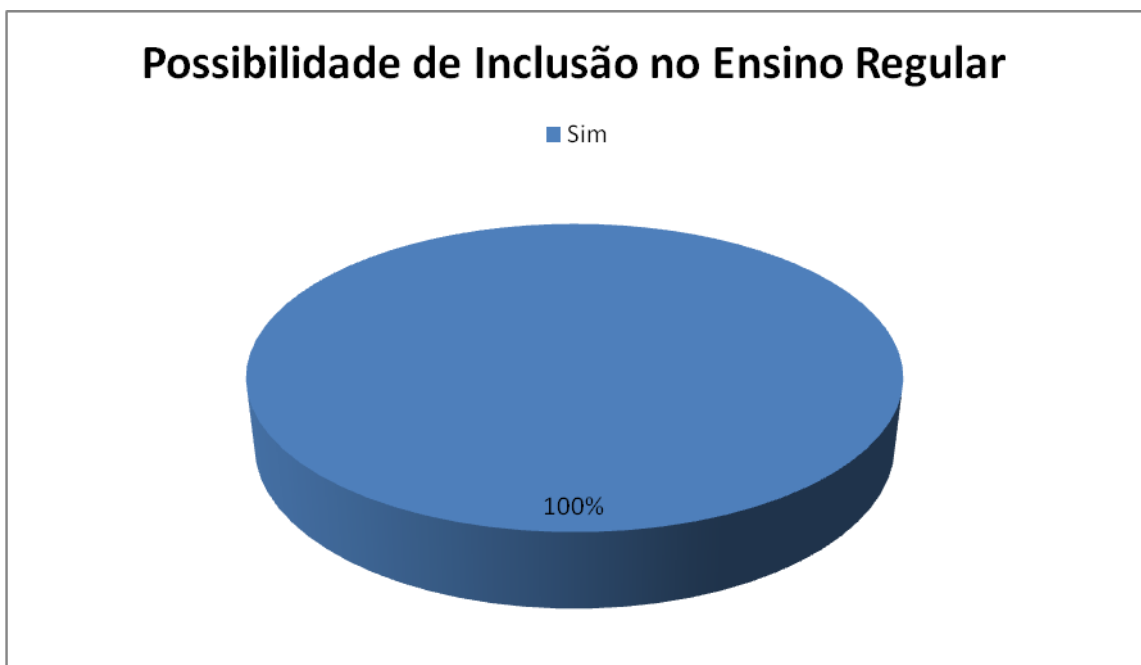
**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

Todas as escolas, pesquisadas possuem professor de libras, o que qualifica bastante o trabalho de ensino e aprendizagem na ótica da inclusão .

Para o aluno surdo, é fundamental a presença de um intérprete de libras para mediar a comunicação em sala de aula. No entanto, não é possível incluir o aluno surdo em uma sala de aula regular apenas com a presença do intérprete. Para que o processo de inclusão seja consolidado, deve-se criar um ambiente favorável, no qual, o aluno surdo possa desenvolver suas potencialidades. Neste sentido, é preciso que o sistema de educação disponibilize para as escolas, os recursos necessários a este processo. No entanto, muitas escolas que recebem estes alunos não disponibilizam destes recursos. Sendo assim, o aluno surdo é integrado nesta escola, porém, não é incluído (Spenassato 2009).

**Gráfico III**

**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

**GRÁFICO IV**

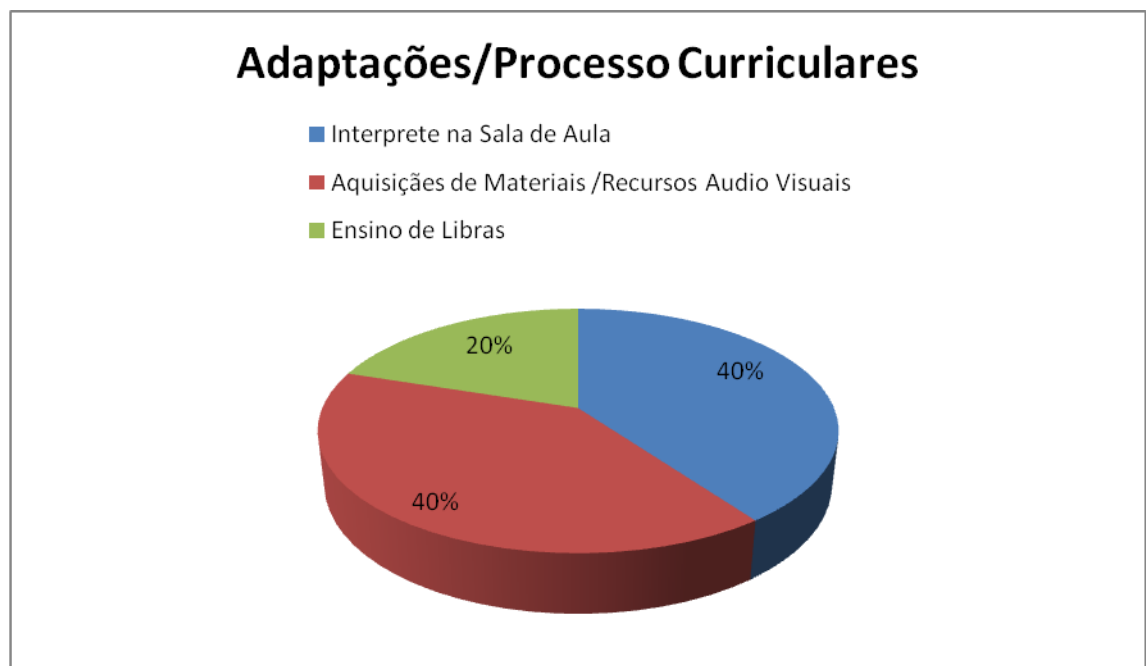
**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

Quanto as possibilidades de inclusão do aluno com deficiência auditiva no ensino regular, os professores são unânimes em afirmar que acontece esta inclusão .



Sabemos que é um grande desafio transformar a escola comum existente, porém, esta é a escola para todos e de todos. Temos, pois, que transformar suas práticas educativas, vencendo os desafios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Portanto, o aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino. No entanto, este pode ser um processo lento, pois, a grande maioria dos professores da rede regular de ensino não está preparada para atender alunos com necessidades especiais. . (Silva 2003, p.48).

### GRAFICO V

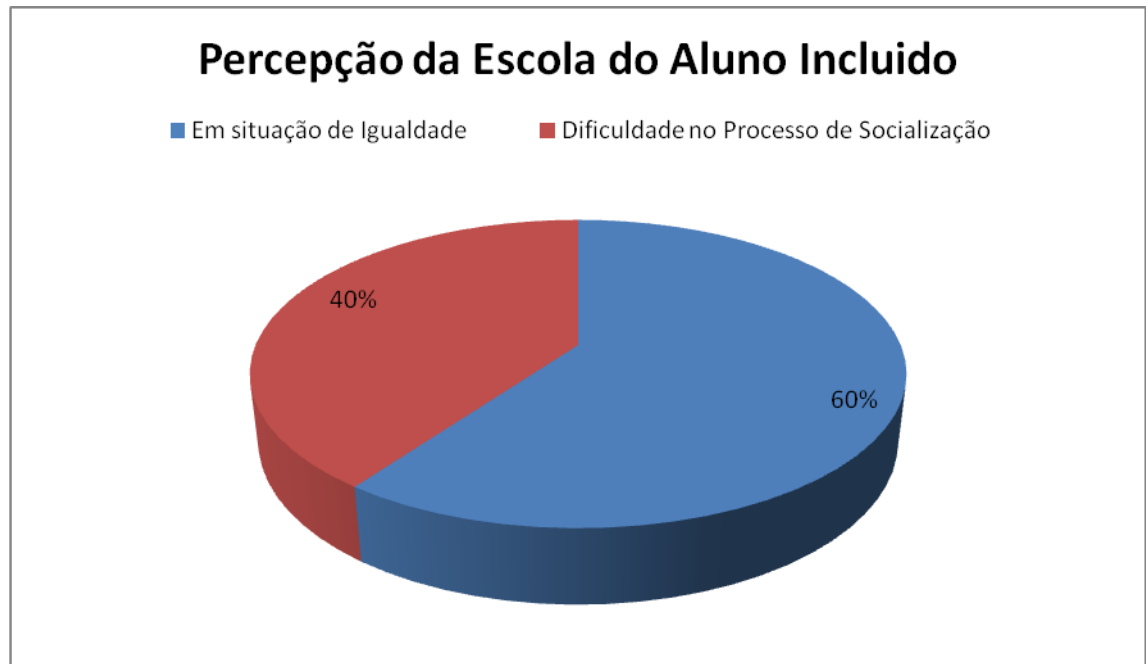


**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

Algumas dificuldades são sinalizadas pelos professores pesquisados quanto a adaptação ou os processos curriculares, utilizados na processo de ensino aprendizagem, conforme , gráfico acima.

A integração escolar tem como objetivo inserir o aluno com deficiência na escola regular, porém, essa escola permanece organizada da mesma forma e é o aluno que foi inserido que deverá adaptar-se a ela. No entanto no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a especificidade de cada aluno. Sendo assim, o foco da integração é o aluno com deficiência e o foco da inclusão é o sistema de ensino que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos. (SILVA 2003, p.32).

GRAFICO VI



**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

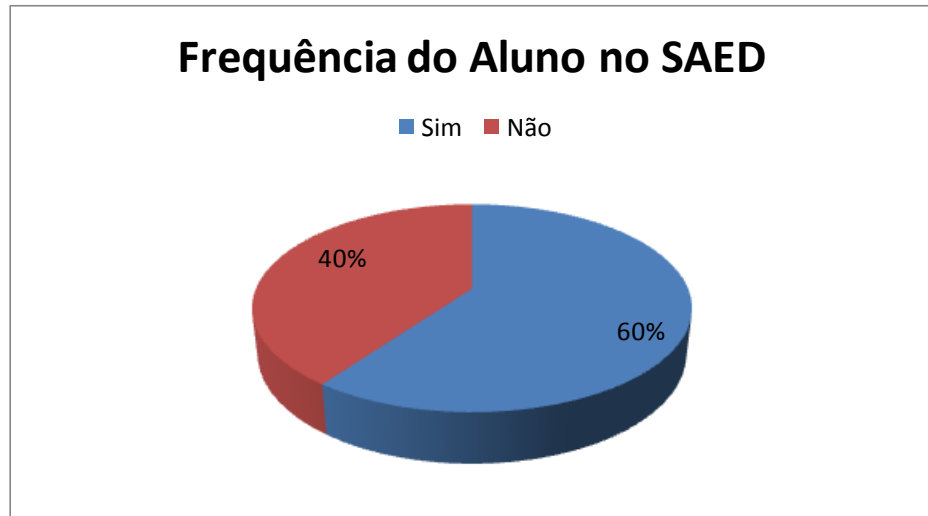
É importante identificar que com todas as reflexões quanto ao processo de inclusão, ainda há muitas dificuldades vivenciadas neste caminho, visto que 50% dos pesquisados relatam vivenciar dificuldades neste processo.

GRAFICO VII



**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

Gráfico VIII

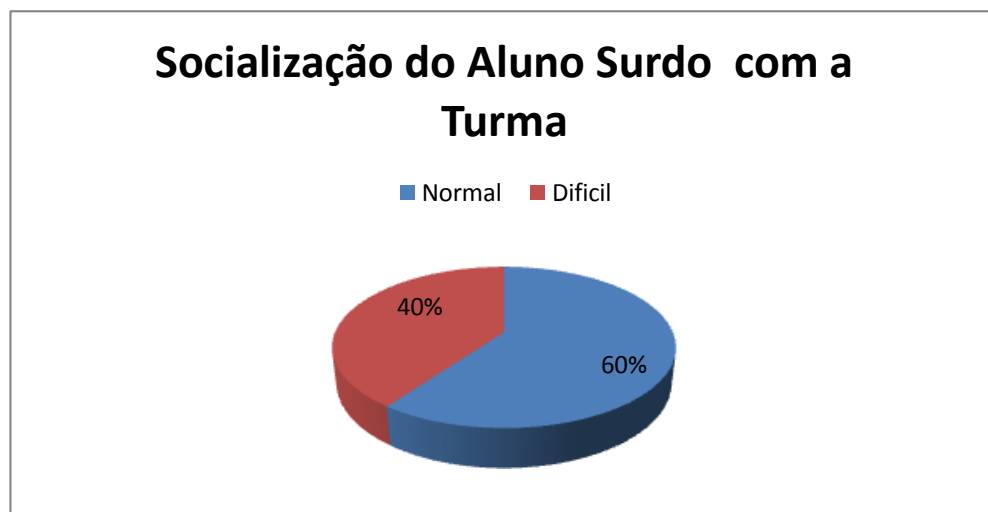


**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

O Serviço de Atendimento Educacional Especializado é fundamental na qualificação e garantia da inclusão do aluno surdo na escola.

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Silva 2003, p.45)

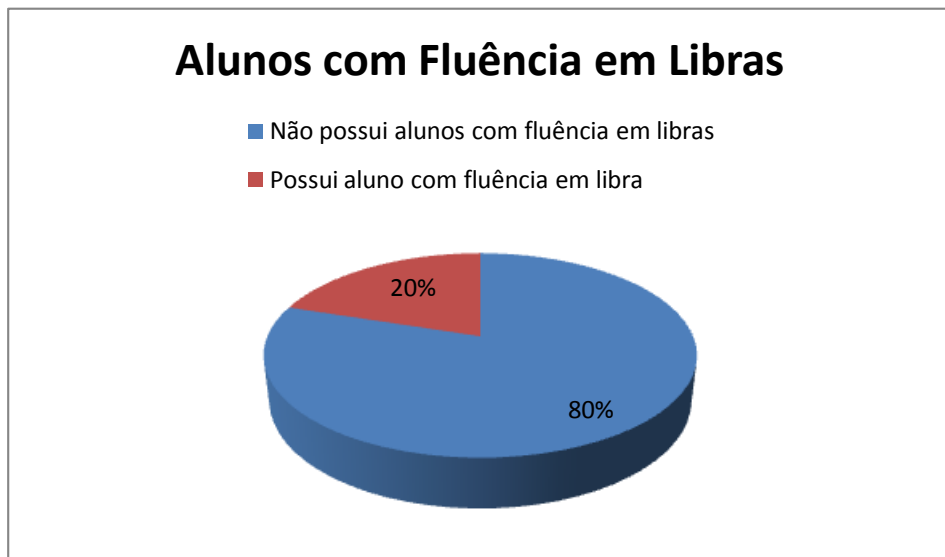
GRAFICO XI



**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

No que concerne a socialização entre alunos surdos e alunos ouvintes ,no contexto escolar ,percebe-se que há uma integração,mas ainda encontramos resistências para o real processo de inclusão ,porque ainda presenciamos a necessidade de romper com estereótipos e preconceitos de ambas as parte envolvidas nesta relação.

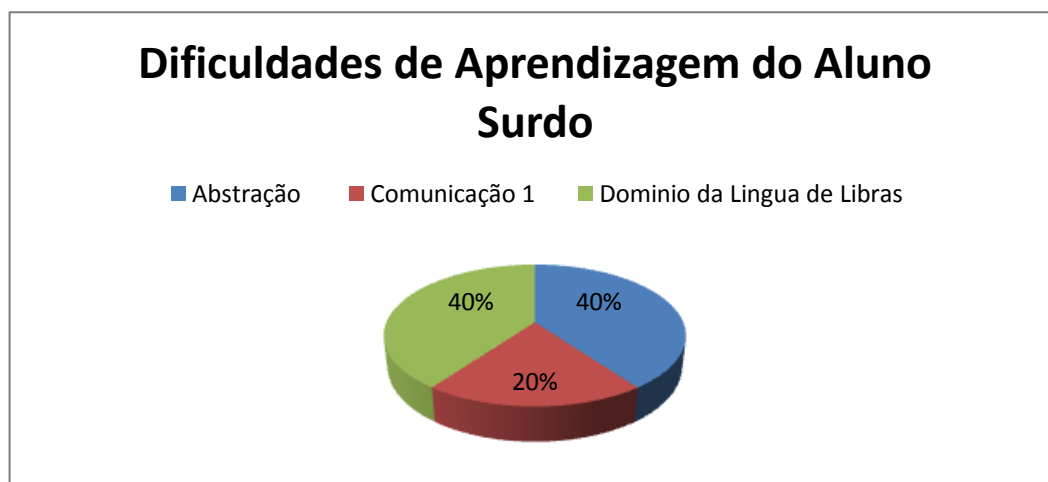
**GRAFICO X**



**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015º**

O objetivo da educação bilíngue é que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo linguístico equivalente ao verificado na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária. Segundo Sá (2002, p.68) uma educação bilíngue é muito mais que o domínio ou uso, em algum nível, de duas línguas. É necessário ver a educação de surdos sendo caracterizada tanto como uma educação bilíngue como também enquanto uma educação multicultural. A autora continua dizendo que uma educação bilíngue que não seja embasada em uma perspectiva multicultural corre o risco de valorizar a questão linguística e esquecer todo os demais aspectos inter-relacionados (Lacerda 1998,p.26)

GRAFICO XI

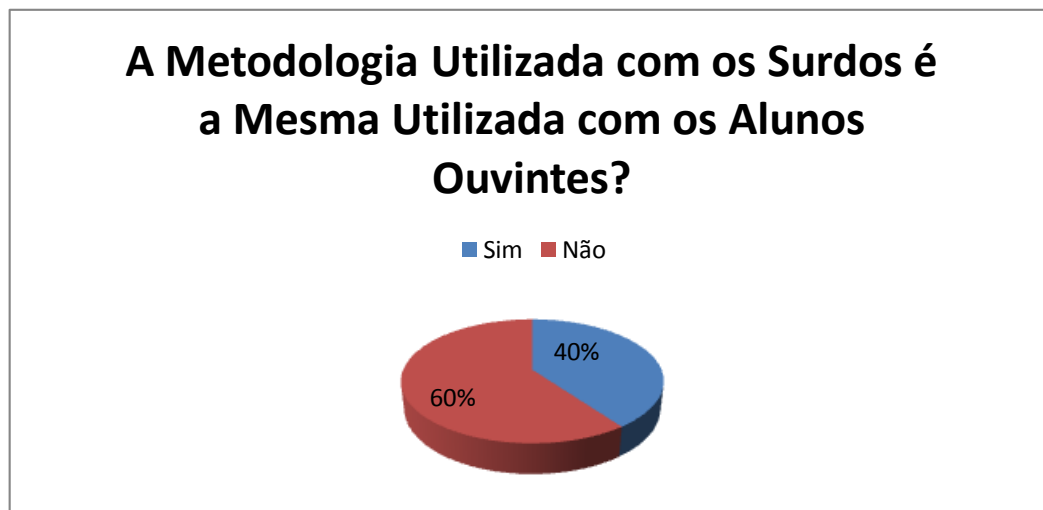


**Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015**

Para que o aluno surdo construa o seu conhecimento em uma sala de aula inclusiva, ele deve ser estimulado a pensar e raciocinar, assim como os alunos ouvintes. Portanto, o professor deve desenvolver estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo. No entanto, em muitas escolas, o ensino é transmitido pelos professores numa perspectiva tradicional, sem levar em consideração as necessidades especiais do aluno surdo. Sendo assim, este aluno não desenvolve uma aprendizagem significativa. (Silva 2003, p.54)

Referente à metodologia utilizada pelo professor na promoção do processo de ensino e aprendizagem com os alunos surdos, a maioria afirma utilizar a mesma metodologia, porém evidencia-se também que alguns professores preconizam a utilização diferenciada de métodos no processo de aprendizagem. Existem diferenças dentro da escola, porém há a necessidade de unificar uma forma de sintonizar esta dinâmica.

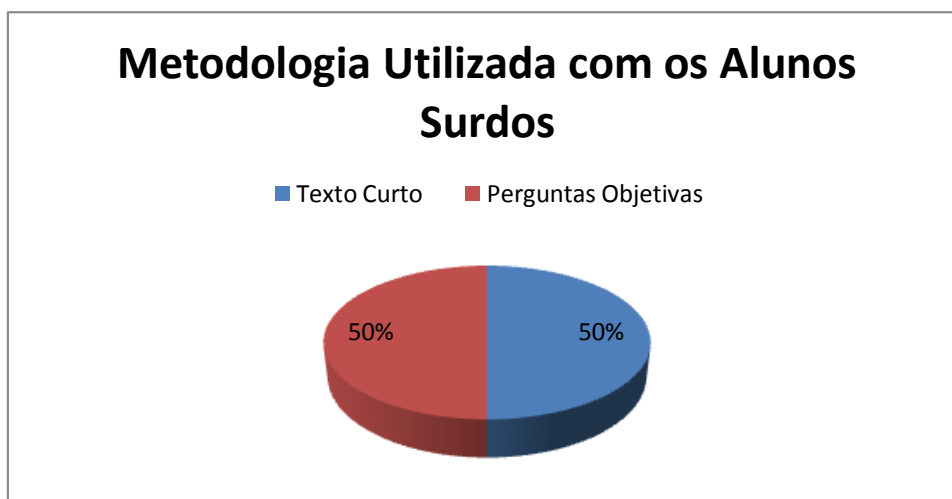
GRAFICO XII



Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015

A educação inclusiva pressupõe que os alunos com deficiência devem ser ensinados no mesmo contexto curricular e instrucional com os demais colegas de sala de aula. Materiais curriculares comuns podem precisar ser adaptados, mas somente até o nível adequado para satisfazer as necessidades de aprendizagem de qualquer aluno.

**GRAFICO XIII**



Fonte: Pesquisa com Professores da Rede Pública Estadual /2015

Segundo Spenassato (2009), em cada classe haverá uma diversidade de cultura e conhecimentos. Portanto, caberá ao professor usufruir de estratégias como: desenvolver novas metodologias de ensino; utilizar recursos diferenciados e processos de avaliação adequados, como forma de tentar minimizar a desigualdade e trabalhar a diversidade.

Ao término da apresentação desta pesquisa, nosso maior aprendizado foi o de reconhecer a necessidade de enfrentar os desafios e as possibilidades constantemente neste universo da educação inclusiva, seja no desenvolvimento de estratégias, no amadurecimentos da comunicação, enfim em todo o processo que possa garantir a aprendizagem significativa ao aluno surdo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão já está aí e já faz parte da nossa realidade, e nenhuma escola pode ignorar o direito de todos a uma educação de qualidade.

Em 2008 o MEC lança um documento que fala sobre a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, nos mostrando que todas as crianças tem o direito de estarem nas escolas, sem serem discriminadas e sem restrições, limitações em função das suas necessidades.

Sendo que o ponto principal da política do MEC é o direito de quem tem deficiências frequentarem as classes comuns do ensino regular, sendo também destinados a classes especiais aquele que delas necessitarem.

O que temos que mudar é esta ideia de que a criança precisa se adequar a escola, quando é a escola que tem que se adequar a ela. Vemos escolas que usam currículos adaptados, avaliações adaptadas, quando está claro na política nacional de educação Especial que o currículo deve ser igual pra todos, e que são as crianças que devem se adaptar e não os professores que fazem as adaptações para ela.

De acordo com a política todos tem o direito de estarem juntos na sala de aula aprendendo e participando para superar a discriminação. A partir deste estudo, foi possível reconhecer um pouco da realidade da inclusão dos alunos com deficiência auditiva no contexto das escolas públicas estaduais do município de Imbituba.

É fundamental a reflexão crítica e o embasamento teórico sobre estas discussões, que podem nos levar a novos caminhos para a prática pedagógica, comprometida com uma educação de qualidade e oportunidade para todos.

Durante toda a pesquisa, foi possível perceber a rotina de escolas com educação inclusiva. Um dos fatores é o desafio para professores e sua formação pedagógica, onde segundo relato das próprias intérpretes precisam ter muito mais oportunidade de treinamentos,

cursos, especializações na área para melhor atender os alunos com necessidades especiais dando-lhes melhores oportunidades de crescimento e aprendizado.

A formação pedagógica, a superação de barreiras de infra estrutura, a aquisição de materiais adequados, o domínio da linguagem de libras, o participação da família na escola, o processo de socialização dos alunos surdos com os alunos ouvintes constituíram –se marcos importantes na elaboração deste estudo.

Assim, repensar o processo de inclusão escolar é sempre oportunizar novas praticas, novos conceitos a realidade do aluno com deficiência auditiva, numa sociedade movida pelas novas tecnologias, comunicação em rede, ainda temos que aprender a lidar com o diferente, situações que nos tiram da zona de conforto e no dimensionam a compreender a diversidade humana.

Levando-se em conta o que foi observado, o professor deve compreender a sua importância neste processo de aprendizagem, para atender o desenvolvimento dos seus alunos, reconhecendo o ritmo de aprendizagem de cada um e ter clareza de que o papel do docente é educar e oferecer desenvolvimento a todos, independentemente de sua condição física ou social.

Este trabalho nos leva a pensar sobre as dificuldades e as conquistas dessas pessoas, e, além disto, analisar a possibilidade de concretização dos seus direitos. Nos mostrando ações concretas para que estes possam estar nas sala de aula, aqueles que são apenas diferentes de nós.

## **6 REFERÊNCIAS**

**FERREIRA, Windyz. Da Exclusão à Inclusão: formando professor para responder à diversidade na sala de aula, 2006.**

**BLANCO, Rosa. Revista Gestão em Rede - Implicações Educativas do Aprendizado na Diversidade, agosto, 2002.**

**BRASIL, LDB-Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.**

**BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ações entre necessidade Educativas Especiais Brasília,Cordes,1994.**

**BRASIL,Constituição da República Federativa .Texto Constitucional promulgado em 1988.Brasilia.Imprensa Oficial,2004.**



DUARTE , R. E.; FREITAS, P. S. **Educação e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola**. Brasília: Ministério da Educação. Revista Integração, v. 14 - Edição Especial ,2010.

FERREIRA, Maria Elisa Caputu; Guimarães , Marliy. **Educação Inclusiva** .Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

GONZALEZ, Eugenio. **Necessidades Educacionais Especificas. Intervenção Psico Educacional**. Porto Alegre, Artemed, 2007.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **Educação do Deficiente no Brasil. Dos Primórdios ao Início do Século XXI. Campinas**. São Paulo. Autores Associados .2004.

LACERDA, Cristina. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: Examinando a construção de conhecimentos**. Rio de Janeiro . Ed. WVA 1998.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988.

MAZZOTTA, Marcos, J.S. **Educação Especial no Brasil. História e Políticas Publicas**. São Paulo. Cortez, 2005.

MENDES, E.G. **Radicalização do Debate sobre inclusão Escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. v.11 n 33, 2006.

SASSAKI. **Construindo uma sociedade para todos**. Ed. WVA, Rio de Janeiro, 174, 2000.

SILVA, Angélica. **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor**. São Paulo, 2003.

SILVA, Rosilene. **A educação escolar do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas/SP**. São Paulo, 2003.

SPENASSATO, Débora. **Inclusão de Surdos no Ensino Regular**. São Paulo. Cortez, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e pedagogia).

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.